

Nota do autor à 10. ^a edição.....	9
1. Matizes ideológicos do Processo Penal e a constante busca do equilíbrio	43
2. As fontes do Processo Penal, sua leitura normativa e a interpretação no Processo Penal.....	55
2.1. Noções gerais.....	55
2.2. Leitura Normativa (Constituição Federal, Tratados e Legislação extravagante) – o controle de convencionalidade	56
2.2.1. Constituição Federal, Tratados e o Código de Processo Penal.....	57
2.3. Fontes do Processo Penal	59
2.3.1. Fontes materiais do Direito Processual Penal.....	60
2.3.2. Fontes formais do Direito Processual Penal	61
2.4. Formas de interpretação e integração do sistema processual penal	63
2.4.1. Interpretação extensiva	64
2.4.2. Analogia e interpretação analógica	64
2.4.3. Princípios gerais do Direito	66
2.5. Controle de convencionalidade	67
3. Sistemas processuais penais.....	73
3.1. Sistema – noção e importância.....	73
3.2. Sistema inquisitivo.....	76
3.3. Sistema acusatório	79
3.4. Sistema misto.....	83
3.5. Sistema acusatório e pacote anticrime	85
3.6. Sistema acusatório e inquisitivo vs. sistema adversarial e inquisitorial e conclusões finais.....	86
4. Princípios do Processo Penal	89
4.1. Princípios – noção e importância.....	89

4.2.	Princípio da ampla defesa	90
4.2.1.	Autodefesa	91
4.2.1.1.	Autodefesa e acusado estrangeiro	92
4.2.2.	Defesa técnica	93
4.3.	Princípio do acesso à justiça criminal	96
4.4.	Princípio do contraditório	98
4.5.	Princípio do devido processo legal	100
4.6.	Princípio da dignidade da pessoa humana	103
4.7.	Princípio do duplo grau de jurisdição (duplo grau de jurisdição voluntário, duplo grau de jurisdição mínimo ou princípio do controle hierárquico).....	105
4.8.	Princípio da duração razoável do processo	107
4.8.1.	Origem	107
4.8.2.	Noção e critérios	108
4.9.	Princípio da economia processual.....	109
4.10.	Princípio da iniciativa das partes	109
4.11.	Princípio do impulso oficial	110
4.12.	Princípio da isonomia.....	110
4.13.	Princípio do juiz natural (princípio do juiz legal, do juiz constitucional, da naturalidade do juiz)	111
4.14.	Princípio da lealdade processual (princípio da probidade ou da boa-fé).....	113
4.15.	Princípio da motivação das decisões	114
4.16.	Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i> (vedação da produção de prova contra si próprio, princípio da não autoincriminação ou <i>nemo tenetur se ipsum accusare</i>).....	115
5.	A aplicação da lei processual penal.....	117
5.1.	Sistemas de solução de conflito de leis processuais no tempo	117
5.2.	Exceções legais ao princípio do <i>tempus regit actum</i>	118
5.3.	Exceções admitidas pela doutrina e pela jurisprudência	119
5.4.	Lei processual penal no espaço	121
6.	Inquérito policial e outras formas de investigação preliminar	125

6.1.	Investigação preliminar: noção e formas.....	126
6.1.1.	Investigação preliminar por Comissão Parlamentar de Inquérito.....	126
6.1.2.	A investigação pelo Ministério Público.....	127
6.1.3.	A investigação no Juizado Especial Criminal.....	131
6.1.4.	Inquérito Civil.....	131
6.1.5.	A investigação defensiva.....	131
6.2.	As várias polícias existentes no Brasil e suas funções.....	133
6.2.1.	Polícia Federal.....	135
6.2.2.	Demais polícias e Detetive Particular.....	137
6.3.	Inquérito policial.....	139
6.3.1.	Noção e natureza jurídica.....	139
6.3.2.	Características.....	140
6.3.2.1.	Procedimento escrito.....	141
6.3.2.2.	Procedimento sigiloso.....	141
6.3.2.3.	Procedimento indisponível.....	145
6.3.2.4.	Procedimento obrigatório.....	145
6.3.2.5.	Procedimento dispensável.....	146
6.3.2.6.	Caráter discricionário da investigação.....	146
6.3.2.7.	Caráter inquisitivo.....	147
6.3.2.7.1.	Defesa obrigatória no inquérito policial.....	148
6.3.2.8.	Caráter oficial.....	151
6.3.2.9.	Caráter oficioso.....	151
6.3.2.10.	Caráter transitório.....	151
6.3.3.	Finalidade do inquérito policial e destinatários.....	151
6.3.4.	A presidência do inquérito policial.....	152
6.3.4.1.	Avocação e redistribuição do inquérito policial.....	153
6.3.5.	O valor probatório do inquérito.....	154
6.4.	Início do inquérito policial.....	156

6.4.1.	<i>Notitia criminis</i>	156
6.4.1.1.	<i>Delatio criminis</i> inqualificada e a instauração do inquérito policial.....	158
6.4.1.2.	<i>Whistleblower</i>	158
6.4.2.	Requerimento do ofendido ou de seu representante legal.....	160
6.4.3.	Requisição do Juiz ou do Ministério Público.....	160
6.4.4.	Diferença entre requisição e requerimento.....	161
6.4.5.	Auto de prisão em flagrante.....	162
6.4.6.	De ofício – Portaria.....	162
6.4.7.	Início do inquérito policial nos crimes de ação penal pública condicionada e ação penal de iniciativa privada.....	162
6.4.8.	O princípio da obrigatoriedade e a instauração do inquérito policial.....	163
6.5.	Desenvolvimento do inquérito policial.....	164
6.5.1.	Reprodução simulada dos fatos.....	164
6.5.2.	Prazo para a conclusão do inquérito.....	165
6.5.2.1.	Cômputo do período de prisão temporária.....	169
6.5.3.	Incomunicabilidade do indiciado preso.....	170
6.5.4.	Indiciamento.....	171
6.5.4.1.	Condutas a serem tomadas com o indiciamento e as modalidades de indiciamento.....	172
6.5.5.	A identificação criminal.....	173
6.5.5.1.	Regras que regem o tema e abrangência dos atos.....	173
6.5.5.2.	Hipóteses de identificação criminal.....	174
6.5.5.3.	Identificação criminal e o uso do material em outras investigações: o caderno de fotos e a cadeia de custódia.....	178
6.5.6.	Indiciado menor – nomeação de curador.....	179
6.5.7.	Irregularidades no inquérito e suas repercussões.....	179
6.5.8.	Requisição administrativa.....	180

6.5.9.	Meios de obtenção de prova e teoria do juízo aparente (o problema envolvendo as autoridades com prerrogativa de função).....	181
6.5.10.	Meios de obtenção de prova: os artigos 13-A e 13-B do CPP e investigação digital em fontes abertas.....	182
6.6.	O encerramento do inquérito policial.....	186
6.6.1.	Encerramento do inquérito policial nos crimes de ação penal de iniciativa privada.....	187
6.6.2.	Encerramento nos casos envolvendo ação penal de iniciativa pública.....	187
6.6.3.	Arquivamento do inquérito policial.....	190
6.6.3.1.	Modalidades de arquivamento.....	192
6.6.3.2.	Recorribilidade do arquivamento.....	193
6.6.3.3.	Arquivamento de ofício pelo Poder Judiciário.....	194
6.6.4.	Desarquivamento do inquérito policial.....	195
6.7.	Técnicas especiais de investigação e a investigação digital em fontes abertas.....	196
6.8.	A investigação: crises e transformações do modelo vigente.....	200
6.9.	Juiz das garantias.....	201
6.9.1.	Noções gerais e (in)constitucionalidade.....	201
6.9.2.	Competência e repercussões processuais.....	202
7.	Ação penal e pressupostos processuais.....	209
7.1.	Considerações iniciais.....	209
7.2.	Classificação da ação penal.....	210
7.3.	Teorias da ação: de onde viemos e para onde vamos.....	214
7.4.	Condições da ação penal e pressupostos processuais.....	216
7.4.1.	Noções gerais.....	216
7.4.2.	Legitimidade <i>ad causam</i>	218
7.4.3.	Interesse de agir.....	220
7.4.4.	Possibilidade jurídica do pedido.....	221
7.4.5.	Justa causa para a ação penal.....	222

7.4.6.	A teoria da “prospettazione”, ou teoria da asserção ou teoria da afirmação.....	224
7.4.7.	Condições específicas da ação penal ou condições de procedibilidade, condições objetivas de punibilidade, escusas absolutórias e condições de prosseguibilidade.....	225
7.4.8.	A originalidade como condição da ação.....	226
7.4.9.	Pressupostos processuais.....	226
7.5.	Ação penal de iniciativa pública incondicionada.....	229
7.5.1.	Noção e identificação.....	229
7.5.2.	Princípios.....	229
7.5.3.	Legitimidade ativa.....	234
7.5.4.	Veículo.....	234
7.6.	Ação penal pública condicionada.....	235
7.6.1.	Noção e identificação.....	235
7.6.2.	Princípios.....	235
7.6.3.	Legitimidade.....	235
7.6.4.	Veículo.....	235
7.6.5.	Representação.....	236
7.6.5.1.	Noção e natureza jurídica da representação.....	236
7.6.5.2.	Legitimado ativo.....	236
7.6.5.2.1.	Sucessão processual.....	238
7.6.5.3.	Destinatários da representação.....	240
7.6.5.4.	Prazo da representação.....	240
7.6.5.5.	Aspecto formal: a forma da representação.....	241
7.6.5.6.	Retratação da representação.....	241
7.6.5.7.	Não vinculação da representação.....	242
7.6.6.	Requisição do Ministro da Justiça.....	242
7.6.7.	Consequências da falta de representação ou de requisição e o problema da desclassificação do crime.....	244
7.7.	Ação penal de iniciativa privada.....	245

7.7.1.	Noção, espécies e identificação	245
7.7.2.	Princípios	245
7.7.3.	Legitimidade ativa	247
7.7.3.1.	Sucessão processual	248
7.7.4.	Veículo	248
7.7.5.	Aspecto temporal – O prazo para o oferecimento da queixa-crime	248
7.7.6.	Ação Penal de Iniciativa Privada Personalíssima	251
7.7.7.	Ação Penal Privada Subsidiária da Pública ou Supletiva	251
7.7.8.	Os óbices ilegítimos à propositura da ação penal de iniciativa privada e a Defensoria Pública	254
7.8.	Denúncia e queixa-crime	254
7.8.1.	Requisitos	254
7.8.1.1.	Imputação genérica e imputação geral, imputação implícita e imputação alternativa	256
7.8.1.2.	Requisito especial da queixa-crime	259
7.8.2.	Prazo para oferecimento da denúncia e da queixa-crime	261
7.8.3.	Aditamento da denúncia	263
7.8.4.	Aditamento da queixa-crime	264
7.9.	Extinção da punibilidade	266
7.10.	Ação penal em espécie	270
7.10.1.	Lei Maria da Penha e as ações penais a ela relativas	271
7.10.2.	Crimes contra a dignidade sexual	273
7.10.3.	Crimes contra a honra	275
7.10.4.	Crimes de trânsito – Lei 9.503/97	276
7.10.5.	Estelionato	276
8.	Ação civil	279
8.1.	Considerações gerais	279
8.2.	Sistemas existentes quanto à influência da ação penal na ação civil	279
8.3.	Dos efeitos da sentença penal condenatória transitada em julgado	282

8.4.	Efeitos civis da sentença penal absolutória e da sentença que declara extinta a punibilidade e outras questões.....	287
8.5.	Legitimidade do Ministério Público.....	293
9.	Competência.....	295
9.1.	Noções gerais e definição.....	295
9.2.	Classificação e espécies de competência.....	297
9.3.	Garantia do juiz natural.....	302
9.3.1.	Garantia do juiz natural e modificações posteriores da competência por lei.....	305
9.3.2.	Garantia do juiz natural e juiz sem rosto.....	306
9.3.3.	Garantia do juiz natural e mutirões do CNJ.....	307
9.3.4.	Garantia do juiz natural e criação de vara especializada.....	308
9.4.	Princípio do <i>kompetenz-kompetenz</i>	308
9.5.	Os critérios de determinação de competência do Código de Processo Penal e os critérios de concretização da competência.....	309
9.6.	Competência internacional.....	310
9.7.	Competência por prerrogativa de função (competência originária ou foro privilegiado).....	310
9.7.1.	Prerrogativa de função e competência em razão da matéria.....	318
9.7.2.	Prerrogativa de função e concurso de agentes.....	318
9.7.3.	Renúncia de mandato e competência originária.....	320
9.8.	Competência constitucional de justiça especializada.....	320
9.9.	Competência da Justiça Federal.....	327
9.9.1.	Generalidades.....	327
9.9.2.	Justiça Federal e contravenções penais – art. 109, inc. IV, da CF/1988.....	330
9.9.3.	Justiça Federal e Crime Político – art. 109, inc. IV, da CF/1988.....	330
9.9.4.	Justiça Federal e os Crimes Praticados contra a União – art. 109, inc. IV da CF/1988.....	331
9.9.5.	Justiça Federal e Crimes Transnacionais – art. 109, inc. V.....	336

9.9.6.	Incidente de deslocamento da competência – art. 109 – inc. V-A e § 5.º do art. 109	339
9.9.7.	Crimes contra a organização do trabalho, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira – art. 109, inc. VI.....	340
9.9.8.	<i>Habeas Corpus</i> e Mandado de Segurança em matéria criminal – art. 109, incs. VII e VIII.....	342
9.9.9.	Crimes cometidos a bordo de navio ou de aeronave – art. 109, inc. IX.....	343
9.9.10.	Crimes de Ingresso ou permanência irregular de estrangeiro – art. 109, inc. X.....	344
9.9.11.	Crimes decorrentes de disputa sobre direitos indígenas – art. 109, inc. XI.....	344
9.9.12.	Competência da Justiça Federal – Outros tópicos (atos infracionais, Jecrim Federal e execução penal)	346
9.9.13.	A competência da Justiça Estadual	348
9.10.	Competência territorial.....	348
9.10.1.	Competência territorial – regra geral do art. 70 do CPP	348
9.10.1.1.	Exceções à regra geral do art. 70.....	350
9.10.2.	Foro Supletivo – A competência pelo domicílio ou residência do réu	351
9.10.3.	Alguns casos especiais de competência territorial segundo a jurisprudência.....	352
9.11.	Competência de juízo – Natureza da infração, distribuição, prevenção	354
9.12.	Causas de modificação da competência – Conexão e continência	356
9.12.1.	Hipóteses de conexão	357
9.12.2.	Hipóteses de continência.....	360
9.12.3.	Consequências da conexão e da continência	361
9.12.4.	Foro prevalente.....	363
9.12.5.	Prorrogação de competência	364
10.	Das questões e processos incidentes.....	367
10.1.	Noções gerais.....	367

10.2.	Questões prejudiciais.....	369
10.2.1.	Definição, distinção com preliminares, características e natureza jurídica.....	369
10.2.2.	Classificações.....	371
10.2.2.1.	Questões prejudiciais homogêneas e heterogêneas.....	371
10.2.2.2.	Questões prejudiciais não devolutivas e devolutivas.....	372
10.2.2.3.	Questões prejudiciais obrigatórias e facultativas.....	373
10.2.3.	Sistemas de solução da questão prejudicial.....	373
10.2.4.	Questão prejudicial obrigatória.....	374
10.2.5.	Questão prejudicial facultativa.....	376
10.3.	Exceções.....	378
10.3.1.	Generalidades.....	378
10.3.2.	Exceção de suspeição, impedimento ou incompatibilidade.....	380
10.3.2.1.	Generalidades.....	380
10.3.2.2.	Hipóteses de cabimento.....	382
10.3.2.3.	Legitimados ativos.....	382
10.3.2.4.	Procedimento.....	383
10.3.2.5.	Recurso.....	386
10.3.2.6.	Suspeição do membro do Ministério Público, serventuários da justiça, jurados e autoridade policial.....	386
10.3.3.	Exceção de incompetência de juízo.....	388
10.3.3.1.	Generalidades.....	388
10.3.3.2.	Legitimados para opor a exceção.....	388
10.3.3.3.	Procedimento da exceção.....	389
10.3.4.	Demais exceções: ilegitimidade de parte, litispendência e coisa julgada.....	390
10.3.5.	Restituição de coisas apreendidas.....	392
10.3.5.1.	Generalidades.....	392
10.3.5.2.	Requisitos.....	392

10.3.5.3.	Autoridades que podem decidir sobre a restituição, procedimento e meios de impugnação	393
10.3.6.	Incidente de falsidade	394
10.3.6.1.	Generalidades	394
10.3.6.2.	Procedimento	396
10.3.7.	Incidente de insanidade mental do acusado	397
10.3.7.1.	Generalidades: legitimados e cabimento	397
10.3.7.2.	Procedimento	398
10.3.7.3.	Inimputabilidade e processo penal	399
10.4.	Medidas assecuratórias (medidas cautelares reais)	401
10.4.1.	Considerações gerais	401
10.4.2.	Sequestro	406
10.4.2.1.	Bens e finalidade	406
10.4.2.2.	Requisitos do sequestro, momento e legitimidade	406
10.4.2.3.	Levantamento	407
10.4.2.4.	Defesa	409
10.4.2.5.	O sequestro na hipótese de Crime Contra a Fazenda Pública – Dec.-lei 3.240/1941	411
10.4.3.	Especialização de Hipoteca Legal	412
10.4.3.1.	Bens, finalidade e momento	412
10.4.3.2.	Requisitos e procedimento	413
10.4.3.3.	Cancelamento e defesa	414
10.4.4.	Arresto	414
10.4.4.1.	Bens, finalidade e requisitos	414
10.4.4.2.	Revogação, levantamento e defesa	416
10.4.5.	Quadro-resumo	416
11.	Provas no Processo Penal	417
11.1.	Prova: importância e acepções do vocábulo	418

11.2.	Meios de prova, meios de pesquisa, elementos de prova, fontes de prova, objeto da prova e procedimento probatório: noções	421
11.2.1.	Procedimento probatório e direito à prova	425
11.2.1.1.	Procedimento probatório: o direito à prova no quadro do contraditório ou as almas do contraditório	426
11.2.1.2.	Prova e contraditório: contraditório sobre a prova e contraditório para a prova	426
11.3.	Princípios aplicáveis à prova	427
11.3.1.	Princípio da autorresponsabilidade das partes	427
11.3.2.	Princípio da aquisição ou comunhão de prova	428
11.3.3.	Princípio da oralidade	428
11.3.4.	Princípio da verdade real: noções de epistemologia e <i>standard de prova</i>	429
11.3.5.	Princípio da liberdade probatória	430
11.3.6.	Princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i> (vedação da produção de prova contrasi próprio, princípio da não autoincriminação ou <i>nemo tenetur se ipsum accusare</i>)	431
11.3.7.	Princípio da presunção de inocência	433
11.3.8.	Princípio da audiência contraditória	436
11.4.	Ônus da prova	436
11.5.	Poderes instrutórios do juiz	438
11.6.	Prova emprestada	438
11.6.1.	A prova emprestada e seu valor probatório	440
11.6.2.	Prova emprestada e crimes da competência do júri	440
11.7.	Natureza das normas jurídicas sobre prova: superação da dualidade entre normas materiais e normas processuais	440
11.8.	Sistemas de apreciação das provas	443
11.8.1.	Sistema da íntima convicção (certeza moral do juiz)	443
11.8.2.	Sistema da prova legal (regras legais, certeza moral do legislador, prova tarifada)	444

11.8.3.	Sistema do livre convencimento (persuasão racional, convencimento racional)	445
11.9.	Limites ao direito à prova	446
11.10.	Prova ilícita	447
11.10.1.	Prova ilícita – Sistema pré-2008	448
11.10.1.1.	Prova ilícita e prova ilegítima – consequências no sistema pré-2008	449
11.10.2.	Prova ilícita – noção e efeitos no sistema pós-2008	450
11.10.2.1.	O juiz contaminado	452
11.10.3.	Hipóteses de admissibilidade da prova ilícita	454
11.10.3.1.	Exceção de boa-fé	454
11.10.3.2.	Exceção de impugnação	455
11.10.3.3.	Exceção de erro inócuo	455
11.10.3.4.	Limitações quanto à legitimidade para requerer a exclusão da prova	455
11.10.3.5.	Princípio da proporcionalidade	456
11.10.3.6.	Prova ilícita <i>pro reo</i>	457
11.10.3.7.	Teoria da visão ampla – <i>Plain View Doctrine</i>	459
11.10.3.8.	Teoria dos campos abertos e das buscas particulares – <i>Open Fields Doctrine</i> e <i>Private Searches Doctrine</i>	460
11.11.	Prova ilícita por derivação – A teoria dos frutos da árvore envenenada	462
11.11.1.	Teoria da fonte independente	463
11.11.2.	Exceção da descoberta inevitável (teoria da fonte hipotética independente)	464
11.11.3.	Teoria do nexocausal atenuado (teoria da contaminação expurgada ou conexão atenuada ou vício diluído)	466
11.12.	Prova típica e atípica: noção	467
11.13.	Provas típicas e atípicas: distinção com conceitos afins (prova anômala, prova irritual e prova nominada)	473
11.14.	Do exame do corpo de delito e das perícias em geral – Arts. 158 a 184 do CPP	477

11.14.1. Noções gerais.....	477
11.14.2. Terminologia	478
11.14.3. Obrigatoriedade do exame de corpo de delito	479
11.14.4. Modalidades de exame de corpo de delito.....	480
11.14.5. Peritos – Generalidades.....	481
11.14.5.1. Classificação dos peritos.....	482
11.14.5.2. A exigência da realização do exame por um perito – Análise histórica e atual	482
11.14.5.3. Ausência de peritos oficiais	484
11.14.6. Momento da realização da perícia, oferecimento da denúncia sem exame de corpo de delito, nomeação de peritos.....	484
11.14.7. Indicação de assistentes técnicos.....	485
11.14.8. Realização da perícia.....	487
11.14.9. Sistemas de apreciação do laudo pericial: vinculatório ou liberatório.....	488
11.14.10. Autópsia	489
11.14.11. Exumação.....	489
11.14.12. Exame de local de crime	489
11.14.13. Exame de delito e lesões corporais	490
11.14.14. Exames laboratoriais.....	490
11.14.15. Exames nos crimes cometidos com destruição/rompimento de obstáculo ou escalada.....	490
11.14.16. Laudo de avaliação	491
11.14.17. Exame de local de incêndio	491
11.14.18. Exame grafotécnico.....	491
11.14.19. Exame dos instrumentos do crime.....	492
11.14.20. Perícias não previstas em lei	492
11.14.21. Cadeia de custódia	495
11.15. Interrogatório.....	499
11.15.1. Noção e natureza jurídica.....	499

11.15.2.	Obrigatoriedade do interrogatório e direito ao silêncio.....	501
11.15.3.	Condução coercitiva em caso de ausência do réu.....	502
11.15.4.	Interrogatório da pessoa jurídica	503
11.15.5.	Local do interrogatório	504
11.15.6.	Características do interrogatório.....	506
11.15.7.	O procedimento do interrogatório e seu conteúdo	507
11.15.7.1.	O momento do interrogatório na audiência.....	507
11.15.7.2.	Providências preparatórias.....	508
11.15.7.3.	O ato do interrogatório.....	508
11.15.7.4.	Qualificação e advertência prévia do interrogatório.....	509
11.15.7.5.	Início do interrogatório e suas modalidades.....	510
11.15.7.6.	Modalidades especiais de interrogatório.....	513
11.15.8.	Renovação do interrogatório.....	514
11.16.	Confissão.....	514
11.16.1.	Noção, natureza jurídica e fonte.....	514
11.16.2.	Espécies de confissão.....	515
11.16.3.	Requisitos da confissão	515
11.16.4.	Características da confissão.....	516
11.16.5.	Valor da confissão.....	516
11.17.	Ofendido.....	517
11.17.1.	Noção e natureza jurídica.....	517
11.17.2.	Procedimento e contraditório	518
11.17.2.1.	O ofendido e o falso testemunho	519
11.17.3.	Diferenças entre testemunha e vítima	519
11.17.4.	Valor probatório das declarações do ofendido.....	519
11.17.5.	Obrigatoriedade ou facultatividade na oitiva do ofendido.....	520
11.18.	Prova Testemunhal.....	524
11.18.1.	Noções gerais.....	524

11.18.2.	Natureza jurídica, legitimados, valor	525
11.18.3.	Classificação das testemunhas	525
11.18.4.	Procedimentos em relação à testemunha (momento para arrolar, desistência e substituição de testemunha)	527
11.18.5.	Deveres da testemunha	528
11.18.6.	Número máximo de testemunhas	530
11.18.7.	Procedimento para a produção da prova testemunhal – <i>Direct</i> e <i>cross examination</i> – a nova forma de colheita da prova oral	531
11.18.8.	Capacidade de ser testemunha	534
11.19.	Reconhecimento de pessoas e coisas	537
11.19.1.	Noção, natureza jurídica e espécies	537
11.19.2.	Procedimento para o reconhecimento	537
11.19.3.	Reconhecimento coletivo ou em grupo	542
11.19.4.	Reconhecimento fotográfico	542
11.20.	Acareação	546
11.20.1.	Noção, natureza jurídica e momento	546
11.20.2.	Pressupostos da acareação	547
11.20.3.	Sujeitos da acareação	548
11.20.4.	Procedimento da acareação	548
11.20.5.	Valor probatório da acareação e obrigatoriedade	549
11.21.	Documentos	549
11.21.1.	Noção e classificação	549
11.21.2.	Produção da prova documental	551
11.21.3.	Limitação à produção da prova documental	552
11.21.4.	O juiz e a produção da prova documental	552
11.21.5.	Documentos estrangeiros e validade do documento particular	552
11.21.6.	Públicas formas e devolução dos documentos nos processos findos	553
11.22.	Indícios	553

11.22.1. Generalidades e noção.....	553
11.22.2. Indícios e presunções.....	554
11.22.3. Valor probatório dos indícios.....	554
11.23. As provas atípicas no sistema processual brasileiro: uso e generalidades do procedimento probatório.....	555
11.23.1. Liberdade probatória, provas atípicas e seus limites.....	557
11.23.2. Procedimento probatório modelo nas provas atípicas e seu valor.....	562
11.24. Meios de obtenção de prova (meios de pesquisa).....	565
11.24.1. Busca e apreensão.....	566
11.24.1.1. Generalidades e natureza jurídica.....	566
11.24.1.2. Objeto da busca.....	567
11.24.1.3. Busca domiciliar.....	568
11.24.1.4. Busca pessoal.....	574
11.24.1.5. Busca em veículo e em celular.....	575
11.24.1.6. Busca em escritório de advocacia e em prédio.....	577
11.24.1.7. Serendipidade (encontro fortuito de provas, crime achado).....	579
12. Dos atores processuais (os sujeitos do processo).....	581
12.1. Noções gerais.....	581
12.2. Juiz.....	582
12.2.1. Forma de seleção de magistrados.....	584
12.2.2. Funções desenvolvidas pelo juiz no Direito Processual Penal.....	585
12.2.3. O Código de Ética da Magistratura.....	586
12.2.4. Suspeição, impedimento e incompatibilidades dos juízes.....	587
12.3. Ministério Público.....	592
12.3.1. Forma de seleção de promotores.....	594
12.3.2. Funções do Ministério Público.....	594
12.3.3. Impedimentos e incompatibilidades dos promotores.....	595
12.4. Autoridade Policial.....	596

12.5.	Acusado.....	597
12.5.1.	Autodefesa, defesa técnica e os direitos daí decorrentes	597
12.5.2.	Revelia.....	597
12.6.	Defesa técnica.....	599
12.6.1.	Defensor Particular	600
12.6.2.	Defensor Público.....	600
12.6.2.1.	Forma de seleção de defensores.....	601
12.6.2.2.	Funções da Defensoria Pública.....	601
12.6.2.3.	Impedimentos e incompatibilidades dos defensores públicos.....	603
12.7.	Ofendido.....	604
12.7.1.	Ofendido como assistente de acusação.....	604
13.	Medidas cautelares pessoais.....	607
13.1.	Teoria geral das medidas cautelares pessoais.....	608
13.1.1.	Considerações gerais e espécies	608
13.1.2.	Características das medidas cautelares.....	612
13.1.3.	Medidas cautelares pessoais – os princípios norteadores da Constituição Federal e do Pacto de São José da Costa Rica	618
13.1.3.1.	Princípio da Presunção de Inocência.....	618
13.1.3.2.	Princípio da Duração Razoável do Processo.....	620
13.1.4.	Critérios gerais e procedimento modelo para aplicação das medidas cautelares pessoais segundo o CPP.....	624
13.1.4.1.	Necessidade, adequação, proporcionalidade e o critério de subsidiariedade da prisão preventiva – Art. 282, I e II e § 6º.....	624
13.1.4.2.	Cumulatividade	628
13.1.4.3.	Atuação do juiz e sistema acusatório.....	629
13.1.4.4.	Contraditório prévio.....	631
13.1.4.5.	Consequências do descumprimento das medidas cautelares pessoais.....	632

13.2.	Prisão.....	633
13.2.1.	Considerações gerais.....	633
13.2.2.	Classificações (prisão processual, cautelar, provisória e medida precautelar).....	633
13.2.3.	Princípios constitucionais e convencionais sobre a prisão cautelar.....	635
13.2.4.	Imunidades Prisionais.....	650
13.2.5.	Tempo e local da prisão: o período em que pode ser feita a prisão e o local em que poderá ser efetuada.....	658
13.2.6.	Mandado de prisão – arts. 285 a 289-A <i>red notice</i> (difusão vermelha).....	659
13.2.6.1.	Prisão, perseguição e a proteção ao domicílio de terceiros.....	662
13.2.7.	Prisão Especial, Prisão em Sala do Estado Maior e Prisão do Índio.....	663
13.3.	Prisão em flagrante.....	665
13.3.1.	Noção, natureza jurídica e fases do flagrante.....	665
13.3.2.	Sujeitos ativo e passivo do flagrante.....	667
13.3.3.	Modalidades de flagrante do Código de Processo Penal.....	667
13.3.4.	Modalidades de flagrante criados pela doutrina e jurisprudência – flagrante preparado, flagrante esperado e flagrante forjado.....	669
13.3.5.	Modalidades de flagrante previstos em leis especiais (flagrante retardado, diferido, ou ação controlada e entrega vigiada).....	671
13.3.6.	Formalidades do auto de prisão em flagrante.....	672
13.3.6.1.	Atuação do juiz ao receber o flagrante.....	675
13.3.7.	Flagrantes em algumas modalidades de crimes (permanente, habitual, ação penal privada, ação penal pública condicionada).....	677
13.4.	Prisão preventiva – prisão preventiva <i>strictu sensu</i>	678
13.4.1.	Considerações gerais.....	678
13.4.2.	Momento para a decretação da prisão preventiva.....	680
13.4.3.	Legitimidade para o requerimento e atuação do juiz.....	680
13.4.4.	Legitimidade para o decreto de prisão preventiva.....	681

13.4.5.	O cabimento da prisão preventiva – Classificação dos requisitos e as diversas posições	681
13.4.6.	Pressupostos positivos e negativos da prisão preventiva	686
13.4.7.	Fundamentos da prisão preventiva	690
13.4.7.1.	Garantia da ordem pública	690
13.4.7.2.	Garantia da ordem econômica	695
13.4.7.3.	Conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal.....	695
13.4.8.	Condições de admissibilidade da prisão preventiva.....	696
13.4.9.	Relaxamento e revogação da prisão preventiva	698
13.5.	Prisão temporária	699
13.5.1.	Cabimento da prisão temporária.....	699
13.5.2.	Momento da prisão temporária e motivação da decisão.....	701
13.5.3.	Prazo de duração da prisão temporária e prorrogação	702
13.5.4.	Conversão da prisão temporária em prisão preventiva	703
13.6.	Medida substitutiva da prisão preventiva – Prisão domiciliar.....	704
13.7.	Medidas diversas da prisão (medidas alternativas à prisão).....	708
13.8.	Liberdade provisória.....	718
13.8.1.	Considerações gerais.....	718
13.8.2.	Liberdade provisória: modalidades e limites	720
13.8.3.	Liberdade provisória obrigatória	721
13.8.4.	Liberdade provisória vedada	722
13.8.5.	Liberdade provisória possível.....	724
13.8.6.	Liberdade provisória possível – A liberdade provisória sem fiança	724
13.8.6.1.	Procedimento para a concessão da liberdade provisória sem fiança e cumulação com outras cautelares	727
13.8.7.	Liberdade provisória com fiança	728
13.8.7.1.	Comentários gerais.....	728
13.8.7.2.	Fiança pelo delegado	728

13.8.7.3. Arbitramento da fiança.....	729
13.8.7.4. Procedimento da fiança.....	730
13.8.7.5. Deveres decorrentes da fiança	731
13.8.7.6. Perda, quebra, cassação e reforço da fiança	731
14. Teoria geral dos procedimentos e atos processuais.....	735
14.1. Premissas.....	736
14.2. Considerações gerais.....	736
14.3. Espécies de procedimentos e fluxograma do procedimento comum ordinário.....	739
14.4. Recebimento da denúncia	742
14.4.1. Quantidade de recebimentos da denúncia	742
14.4.2. Motivação no recebimento da denúncia.....	743
14.4.3. <i>Emendatio libelli</i> e recebimento da denúncia.....	744
14.4.4. Rejeição da denúncia – art. 395 do CPP.....	745
14.5. Citação.....	746
14.5.1. Considerações gerais e modalidades	746
14.5.2. Citação real	747
14.5.3. Citação ficta: citação por hora certa.....	749
14.5.4. Citação por edital.....	750
14.6. Resposta	753
14.7. Absolvição sumária – art. 397 do CPP – julgamento antecipado <i>pro reo</i>	755
14.8. Audiência de instrução, debates e julgamento – arts. 400 a 405 do CPP	758
14.9. Sentença.....	764
14.9.1. Considerações gerais: atos processuais em geral e classificação das sentenças	764
14.9.2. Requisitos da sentença	766
14.9.3. Sentença absolutória	769
14.9.4. Sentença condenatória.....	771

14.9.5.	Correlação entre acusação e sentença – <i>Emendatio</i> e <i>Mutatio libelli</i>	772
14.9.5.1.	<i>Emendatio</i> e <i>Mutatio libelli</i> – Crítica e questões controversas.....	776
14.9.6.	Coisa julgada.....	778
14.9.6.1.	Noções gerais – Conceito e a coisa julgada parcial.....	778
14.9.6.2.	Coisa julgada formal e material – A relativização da sentença absolutória pela CIDH.....	779
14.9.6.3.	Limites objetivos e limites subjetivos da coisa julgada.....	780
14.9.6.4.	Questões específicas – Concurso formal, crime habitual, crime continuado.....	781
14.9.7.	Sentença penal condenatória e os efeitos secundários.....	782
14.10.	Procedimento comum sumário.....	786
14.11.	Procedimento comum sumaríssimo – Juizado Especial Criminal (Jecrim) – Lei 9.099/1995.....	787
14.11.1.	Crítérios orientadores e objetivos do Jecrim.....	788
14.11.2.	Competência do Jecrim.....	788
14.11.3.	Fluxograma do rito Jecrim.....	789
14.11.4.	Termo circunstanciado – art. 69.....	790
14.11.5.	Audiência preliminar.....	791
14.11.5.1.	Composição civil: arts. 72 e 74, parágrafo único.....	791
14.11.5.2.	Transação penal: art. 76.....	791
14.11.6.	Audiência de instrução, debates e julgamento.....	791
14.11.7.	Sistema recursal e impugnações em geral no Juizado Especial Criminal.....	791
14.11.8.	Suspensão condicional do processo (<i>sursis</i> processual – art. 89 da Lei 9.099/1995).....	794
14.12.	Procedimentos Especiais – Crimes de Responsabilidade de Funcionário Público afiançáveis – arts. 513 a 518 do CPP.....	794
14.13.	Processo e julgamento dos crimes de calúnia e injúria de competência do juiz singular – arts. 519 a 523 do CPP.....	795

14.13.1. Generalidades e pedido de explicações	795
14.13.2. Procedimento e audiência de reconciliação.....	796
14.13.3. Exceção da verdade e da notoriedade do fato	798
14.14. Procedimento do Júri.....	800
14.14.1. Considerações gerais.....	800
14.14.2. Princípios constitucionais do Júri	800
14.14.3. Procedimento da primeira fase do Júri – Sumário da culpa – <i>iudicium accusationis</i> – Arts. 406 a 421 do CPP	803
14.14.4. Pronúncia – arts. 413, 420 e 421 do CPP	806
14.14.4.1. Requisitos e crimes conexos.....	806
14.14.4.2. Conteúdo, vinculação, <i>emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i> e efeitos quanto à prescrição	808
14.14.5. Impronúncia (despronúncia) – art. 414 do CPP.....	812
14.14.6. Desclassificação – art. 419 do CPP.....	813
14.14.7. Absolvição sumária – art. 415 do CPP.....	814
14.14.8. Preparação da segunda fase do Júri.....	815
14.14.9. Desaforamento – arts. 427 e 428 do CPP.....	816
14.14.9.1. Considerações gerais.....	816
14.14.9.2. Hipóteses de cabimento do art. 427 e legitimidade	817
14.14.9.3. Hipóteses de cabimento do art. 428 e legitimidade	818
14.14.9.4. Aceleração de julgamento – art. 428, § 2º, do CPP.....	820
14.14.10. Sessão Plenária de Julgamento – considerações gerais.....	820
14.14.11. Instalação da sessão plenária.....	820
14.14.11.1. Jurados.....	820
14.14.11.2. Ausência do Ministério Público	821
14.14.11.3. Ausência do assistente de acusação	821
14.14.11.4. Ausência do advogado de defesa ou do defensor	821
14.14.11.5. Ausência do acusado.....	822
14.14.11.6. Ausência das testemunhas.....	822

14.14.12. Sorteio do Conselho de Sentença e Juramento – arts. 462 a 472 do CPP.....	823
14.14.13. Instrução e interrogatório em plenário – arts. 473 a 475 do CPP.....	825
14.14.14. Debates e encerramento – arts. 476 a 481 do CPP.....	828
14.14.14.1. Conteúdo dos debates, vedações e encerramento.....	829
14.14.15. Sala especial e quesitos.....	834
14.14.16. Sentença do Juiz Presidente – arts. 492 e 493 do CPP.....	841
15. Nulidades.....	845
15.1. Considerações gerais e natureza jurídica.....	845
15.2. Classificações das nulidades.....	846
15.2.1. A tríade tradicional – Inexistência, nulidade e irregularidade.....	847
15.2.2. Nulidade absoluta e nulidade relativa, sanáveis e insanáveis e cominadas e não cominadas.....	850
15.3. Princípios em sede de nulidades.....	852
15.3.1. Princípio da tipicidade das formas.....	852
15.3.2. Princípio da eficácia dos atos processuais.....	860
15.3.3. Princípio da restrição processual à decretação das nulidades.....	860
15.3.4. Princípio da instrumentalidade das formas e princípio do prejuízo.....	860
15.3.5. Princípio da causalidade ou da consequencialidade.....	862
15.3.6. Princípio da conservação dos atos processuais.....	863
15.3.7. Princípio do interesse.....	863
15.4. Formas de saneamento das nulidades.....	864
15.5. Nulidades cominadas no Código de Processo Penal.....	865
15.5.1. Art. 564, inc. I – por incompetência, suspeição ou suborno do juiz.....	866
15.5.2. Art. 564, inc. II – por ilegitimidade de parte.....	866
15.5.3. Art. 564, inc. III – por falta das fórmulas ou dos termos seguintes.....	867
15.5.4. Art. 564, inc. IV – por omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato.....	873

15.5.5.	Art.564, inc.V –em decorrência de decisão carente de fundamentação.....	873
15.6.	Momento para a arguição das nulidades e nulidades sanáveis	875
16.	Recursos e ações autônomas impugnativas.....	877
16.1.	Noções gerais, natureza jurídica e o tema da execução provisória	879
16.2.	Classificação dos recursos.....	881
16.3.	Princípios em matéria recursal.....	882
16.3.1.	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	882
16.3.2.	Princípio da voluntariedade.....	886
16.3.2.1.	Voluntariedade e reexame necessário (recurso de ofício)...	887
16.3.3.	Princípio da disponibilidade dos recursos.....	888
16.3.4.	Princípio da fungibilidade, do recurso indiferente, da permutabilidade dos recursos ou da conversibilidade dos recursos.....	889
16.3.5.	Princípio da unirecorribilidade, da singularidade ou da unicidade.....	891
16.3.6.	Princípio da irrecorribilidade das interlocutórias ou da irrecorribilidade em separado das interlocutórias.....	892
16.3.7.	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	892
16.3.8.	Princípio da taxatividade.....	895
16.3.9.	Princípio da personalidade dos recursos <i>versus</i> princípio do benefício comum.....	896
16.3.10.	Princípio da dialeticidade.....	896
16.4.	Pressupostos ou requisitos de admissibilidade recursal –O juízo de admissibilidade (juízo de prelibação) e o juízo de mérito (juízo de libação).....	897
16.4.1.	Noção.....	897
16.4.2.	Condições recursais.....	899
16.4.2.1.	Cabimento – Possibilidade jurídica do pedido.....	899
16.4.2.2.	Legitimidade recursal.....	899
16.4.2.3.	Interesse recursal.....	900
16.4.3.	Pressupostos recursais.....	902

16.4.3.1.	Investidura	902
16.4.3.2.	Capacidade de quem formula o recurso.....	902
16.4.3.3.	Regularidade formal do recurso e tempestividade	903
16.4.3.4.	Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do direito de recorrer	905
16.5.	Efeitos dos recursos	907
16.5.1.	Efeito obstativo	907
16.5.2.	Efeito devolutivo.....	907
16.5.3.	Efeito suspensivo	908
16.5.4.	Efeito regressivo, iterativo ou diferido.....	909
16.5.5.	Efeito extensivo.....	909
16.5.6.	Efeito substitutivo	910
16.5.7.	Efeito translativo.....	910
16.6.	Recurso em sentido estrito.....	912
16.6.1.	Generalidades	912
16.6.2.	Cabimento	914
16.6.2.1.	Decisão que não receber a denúncia ou queixa	914
16.6.2.2.	Decisão que reconhecer a incompetência de juízo.....	916
16.6.2.3.	Decisão que julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição	916
16.6.2.4.	Decisão que pronunciar o acusado.....	917
16.6.2.5.	Decisão que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante	918
16.6.2.6.	Decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido seu valor	918
16.6.2.7.	Decisão que decretar ou não a extinção da punibilidade....	918
16.6.2.8.	Sentença que conceder ou negar a ordem de <i>habeas corpus</i>	919

16.6.2.9.	Decisão que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte.....	920
16.6.2.10.	Decisão que incluir jurado na lista geral ou desta o excluir.....	920
16.6.2.11.	Decisão que denegar a apelação ou a julgar deserta.....	920
16.6.2.12.	Decisão que ordenar a suspensão do processo, em virtude de questão prejudicial.....	920
16.6.2.13.	Decisão sobre o incidente de falsidade.....	921
16.6.2.14.	Decisões sobre homologação de acordo de não persecução penal.....	921
16.6.3.	Legitimidade do recurso em sentido estrito.....	921
16.6.4.	Competência recursal.....	922
16.6.5.	Regularidade formal e procedimento.....	922
16.6.6.	Efeitos.....	923
16.6.7.	Aspectos do interesse de agir.....	923
16.6.8.	Procedimento.....	924
16.7.	Apelação.....	924
16.7.1.	Considerações gerais.....	924
16.7.2.	Cabimento.....	925
16.7.2.1.	Sentença definitiva de condenação ou absolvição proferida por juiz singular – art. 593, I.....	925
16.7.2.2.	Decisões definitivas, ou com forças de definitivas, proferidas por juiz singular, nos casos em que não houver previsão legal de cabimento do recurso em sentido estrito – art. 593, II.....	926
16.7.2.3.	Decisões do tribunal do júri – art. 593, III, do CPP.....	927
16.7.3.	Legitimidade.....	931
16.7.3.1.	Ministério Público.....	932
16.7.3.2.	Acusado.....	932
16.7.3.3.	Defensor.....	932
16.7.3.4.	Ofendido e terceiros.....	932

16.7.4.	Competência recursal.....	933
16.7.5.	Regularidade formal e procedimento.....	933
16.7.6.	Fato impeditivo e extintivo: não recolhimento do réu à prisão, renúncia, desistência e deserção.....	934
16.7.7.	Efeitos.....	934
16.7.8.	Prazo.....	935
16.7.9.	Lei 9.099/1995 (Cabimento, competência, prazos, regularidade formal).....	935
16.8.	Embargos infringentes ou de nulidade.....	936
16.8.1.	Considerações gerais.....	936
16.8.2.	Legitimidade.....	936
16.8.3.	Cabimento.....	936
16.8.4.	Competência recursal.....	938
16.8.5.	Regularidade formal.....	938
16.8.6.	Efeitos.....	938
16.8.7.	Procedimento.....	939
16.8.8.	Prazo, interposição e os recursos extraordinários.....	939
16.9.	Embargos de declaração.....	940
16.9.1.	Considerações gerais.....	940
16.9.2.	Cabimento.....	941
16.9.3.	Natureza Jurídica.....	942
16.9.4.	Competência recursal.....	942
16.9.5.	Legitimidade.....	942
16.9.6.	Regularidade formal.....	942
16.9.7.	Prazo.....	942
16.9.8.	Efeitos.....	943
16.9.9.	Embargos na Lei 9.099/1995.....	944
16.9.10.	Procedimento.....	944
16.9.11.	Suspensão ou interrupção do prazo para outros recursos.....	944

16.10. Carta Testemunhável	945
16.10.1. Considerações gerais	945
16.10.2. Natureza Jurídica	945
16.10.3. Cabimento	945
16.10.4. Competência recursal	945
16.10.5. Regularidade formal	945
16.10.6. Efeitos	946
16.10.7. Prazo recursal	946
16.10.8. Procedimento	946
16.11. Agravo em execução	946
16.11.1. Introdução	946
16.11.2. Cabimento	947
16.11.3. Legitimidade e Interesse	947
16.11.4. Competência recursal	948
16.11.5. Regularidade formal	948
16.11.6. Efeitos	948
16.11.7. Procedimento no juízo a quo	949
16.12. Agravo contra decisão denegatória de recurso extraordinário ou especial ...	949
16.12.1. Cabimento	949
16.13. Recurso Ordinário Constitucional	950
16.13.1. Cabimento	950
16.13.1.1. ROC para o STF	950
16.13.1.2. Limites da Matéria e cabimento	950
16.13.2. Recurso Ordinário Constitucional para o STJ	951
16.13.3. Procedimento	951
16.13.3.1. Decisão denegatória de <i>habeas corpus</i>	951
16.13.3.2. Mandado de Segurança	952
16.14. Recurso extraordinário e recurso especial	952

16.14.1. Considerações gerais.....	952
16.14.2. Cabimento	956
16.14.2.1. Cabimento do recurso extraordinário – Generalidades	956
16.14.2.2. Cabimento do recurso extraordinário – art. 102, III, a – con- trariedade à CF.....	957
16.14.2.3. Cabimento do recurso extraordinário – art. 102, III, b – decla- ração de inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.....	958
16.14.2.4. Cabimento do recurso extraordinário – art. 102, III, c – jul- gar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição	958
16.14.2.5. Cabimento do recurso extraordinário – art. 102, III, d – julgar válida lei local contestada em face de lei federal	958
16.14.2.5.1. Cabimento de recurso extraordinário contra acórdão do STJ	959
16.14.3. Cabimento do recurso especial – generalidades.....	959
16.14.3.1. Cabimento do recurso especial – art. 105, III, a – contrarie- dade a tratado ou lei federal ou negar-lhes vigência	960
16.14.3.2. Cabimento do Recurso Especial – art. 105, III, b – julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.....	960
16.14.3.3. Cabimento do recurso especial – art. 105, III, c – dar à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.....	960
16.14.4. Recurso extraordinário e especial – legitimidade	961
16.14.5. Recurso extraordinário e especial – interesse recursal.....	962
16.14.6. Recurso extraordinário e especial – processamento	962
16.14.7. Recurso extraordinário e especial – efeitos.....	963
16.15. Ações autônomas impugnativas.....	965
16.15.1. <i>Habeas Corpus</i>	965
16.15.1.1. Considerações gerais.....	965
16.15.1.2. Natureza Jurídica e eficácia da decisão	971
16.15.1.3. Interesse de agir.....	971

16.15.1.4.	Possibilidade jurídica do pedido.....	973
16.15.1.5.	Legitimidade.....	973
16.15.1.5.1.	Legitimidade ativa e intervenção do querelante e do MP.....	973
16.15.1.5.2.	Legitimidade passiva – O legitimado passivo é a própria autoridade coatora, aquele responsável pela coação ilegal ao paciente.....	975
16.15.1.6.	Espécies de <i>habeas corpus</i>	976
16.15.1.6.1.	Liberatório.....	976
16.15.1.6.2.	Preventivo.....	976
16.15.1.6.3.	Profilático ou Preservativo (Trancativo).....	977
16.15.1.6.4.	Individual e Coletivo.....	977
16.15.1.7.	Hipóteses de impetração.....	979
16.15.1.8.	Competência para julgamento.....	981
16.15.1.9.	Procedimento.....	982
16.15.1.10.	Recursos das decisões de <i>Habeas corpus</i>	983
16.15.2.	Revisão Criminal.....	985
16.15.2.1.	Conceito.....	985
16.15.2.2.	Natureza Jurídica.....	985
16.15.2.3.	Condições da ação.....	986
16.15.2.3.1.	Legitimidade.....	986
16.15.2.3.2.	Interesse de agir.....	986
16.15.2.3.3.	Possibilidade jurídica do pedido.....	986
16.15.2.4.	Hipóteses de cabimento.....	987
16.15.2.5.	Teses e pedidos na revisão criminal.....	988
16.15.2.6.	Procedimento.....	989
16.15.2.7.	Ônus da prova.....	990
16.15.2.8.	Coisa julgada.....	990
17.	Mecanismos de consenso no Processo Penal.....	991

17.1.	Noções gerais.....	991
17.2.	Acordo de não persecução penal.....	992
17.3.	Composição civil.....	1002
17.3.1.	Composição civil: arts. 72 e 74, parágrafo único.....	1002
17.4.	Transação penal.....	1002
17.5.	Suspensão condicional do processo	1004
18.	Bibliografia	1011
Apêndice – Julgamentos do STF com repercussão geral em matéria processual penal e julgamentos repetitivos do STJ em matéria processual penal.....		1019
1.1.	Julgamentos do STF com repercussão geral em matéria processual penal.....	1019
1.2.	Enunciados do Conselho da Justiça Federal	1027